Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO: algumas reflexões

Glauber Barros Alves Costa
glauberbarros@hotmail.com

Doutorando Educação na Universidade Federal de São Calors (UFSCar). Professor de Geografia do Departamento de Ciências Humanhas (DCH) VI - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus de Caetité. Rua Laudiceia Gusmao, 702. Centro. Vitória da Conquista/BA. CEP 45000-705

Débora Nunes Dantas
deboralr2010@hotmail.com

Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Geografia e Meio Ambiente pelo Instituto Pró Saber da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Rua Nelson Mariano de Souza, nº 394. Centro. Lagoa Real/BA. CEP 46425-000

RESUMO

A proposta desta pesquisa é discutir e analisar como é abordado no livro didático de Geografia questões relacionadas a gênero, dessa forma, buscou-se investigar de que maneira essa discussão se concretiza no livro didático do ensino médio. A pesquisa é qualitativa de característica documental, o material escolhido para análise foi o livro "Geografia Geral e Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico", de Terra e Coelho (2005), esse manual foi escolhido por ter sido utilizado por algumas escolas brasileiras no período de 2009 a 2011. Para nortear nossas discussões utilizamos autores como Auad (2005), Munakata (2012), Oliveira (1998), Silva, J. R. (2011), Tonini (2002; 2013), entre outros. Como resultado observa-se que os conteúdos relacionados à Geografia de gênero são apresentados de forma superficial nesse livro, além de não serem abordados por um viés crítico que permitisse aos estudantes romper com os estereótipos construídos social e culturalmente sobre as diferenças entre homens e mulheres.

PALAVRAS-CHAVE

Livro didático, Gênero, Ensino de Geografia.

LA CUESTIÓN DE GÉNERO Y EL LIBRO DE TEXTO DE GEOGRAFÍA: algunas reflexiones

RESUMEN

El propósito de esta pesquisa es analizar y discutir la forma como son tratadas las cuestiones de género en los libros de texto de Geografia. De esta manera, el objetivo de la investigación fue averiguar cómo esta discusión figura en los manuales escolares. La investigación es documental cualitativa y el material elegido para el análisis fue la obra "Geografia Geral y Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico" de Terra y Coelho (2005), utilizada en la enseñanza de Geografía en muchas escuelas secundarias brasileñas entre los años de 2009-2011. Los marcos teóricos utilizados son Auad (2005), Munakata (2012), Oliveira (1998), Silva, J. R (2011), Tonini (2002; 2013), entre otros. Como resultado se observa que el género de contenidos relacionados Geografía presentan de manera superficial en esta obra, además de no ser abordados desde un paradigma crítico que permitiría a los estudiantes romper con los estereotipos construidos social y culturalmente en las diferencias entre hombres y mujeres.

PALABRAS CLAVE

Libros de texto, Género, Geografía Enseñanza.

SOME REFLECTIONS ABOUT GENDER IN THE GEOGRAPHY: textbooks

ABSTRACT

The purpose of this research is to discuss and analyze as it appears in the textbook of Geography gender-related issues, this way, we sought to investigate how this discussion is summed up in teaching high school book. The research is documentary, the document chosen for analysis was the textbook "Geografia Geral and Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico" the authors are Terra and Coelho (2005), this textbook was chosen because it was used by some brazilian schools in the period 2009 to 2011. To theoretical discussions we used authors as Auad (2005), Munakata (2012), Oliveira (1998), Silva, J. R. (2011), Tonini (2002; 2013), and others. The results in this research show the superficially about gender in this book, besides not being addressed by a critical knowledge that would allow students to break with stereotypes constructed socially and culturally on the differences between men and women.

KEYWORDS

Textbook, Gender, Geography Teaching.

Introdução

Sabe-se que o livro didático é um dos principais recursos utilizados pelos professores, seja como fonte de informação ou como sequência para os conteúdos trabalhados, porém, esse pode refletir ideologias dominantes e estereótipos, se configurando em uma mercadoria relevante para o mercado editorial. Daí a necessidade de estarmos atentos para os materiais produzidos, para que a sua escolha e utilização deem conta de gerar uma aprendizagem significativa para a formação de um aluno crítico, politizado e consciente do seu papel como agente atuante na sociedade.

No entanto, apesar do manual escolar ser um recurso importante para os docentes, é preciso considerar que esses devem buscar outros meios que permita ao discente olhar os diversos assuntos por outras perspectivas. Sobre isso, Vesentini (2003) ressalta que ao invés de aceitar "a ditadura" do livro didático, o professor deve ver nele um apoio ou complemento para a relação ensino-aprendizagem que visa integrar criticamente o aluno ao mundo.

Nesse sentido, desenvolvemos este trabalho que faz parte de um projeto de pesquisa dividido em quatro eixos, etnia/raça, gênero, nordeste e movimentos sociais, nesse caso o eixo Gênero é a centralidade do artigo. O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, sendo intitulado "O livro didático de Geografia: representações e materializações", que analisa livros de Geografia de 2005 a 2014. No eixo Gênero, visa-se compreender como a identidade feminina é concebida nos manuais didáticos, verificando se a abordagem sobre essa temática vem variando nesse período.

Para esta pesquisa foi feito um recorte apenas do livro designado "Geografia Geral e Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico", dos autores Terra e Coelho (2005), que constou no catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) de 2009. Durante a investigação foi percebido que em algumas escolas esse manual ainda foi utilizado nos anos de 2012 e 2013, uma vez que os professores optaram por continuar com ele mesmo depois do PNLEM de 2012 a 2014 ter sido liberado.

Assim, objetiva-se discutir e analisar como são dispostos os conteúdos e imagens que estabeleçam uma relação com questões referentes a gênero nesse material didático. A pesquisa é qualitativa de cunho documental, possuindo relevância social e acadêmica, pois pretende demonstrar se o livro didático de Geografia escolhido para análise e utilizado na rede pública de ensino vem avançando na discussão e

compreensão dos aspectos que envolvem a identidade feminina, ou se reforça a partir dos textos escritos e imagens as concepções da sociedade machista e patriarcal.

Livro didático: algumas considerações

As pesquisas sobre o livro didático cresceram nas décadas de 1990 e 2000 tanto no âmbito brasileiro como no internacional, havendo um grande avanço no que concerne à análise desse material, pois as pesquisas incorporaram um conjunto de temas e abordagens que o objeto comportava para além da denúncia da ideologia. Sua comercialização está ligada aos interesses do capitalismo que o considera uma mercadoria, e portanto, fonte de lucro, destinada a um mercado específico que no caso é a escola. O Estado muitas vezes assume o papel de distribuição ou mesmo de produção desse material, conforme Munakata (2012, p. 187-188) salienta:

> Uma das especificidades do livro didático é que essa mercadoria não se coloca simplesmente no mercado à espera do seu consumidor, mas a sua produção e sua distribuição são, em muitos países, reguladas pela mediação do Estado, havendo casos em que este assume a própria função de produzir o livro único.

Munakata (2012) e Silva, J. R. (2011) discutem sobre os vários sujeitos que participam da produção do livro e que acabam por imprimir seus conceitos e valores, destacando principalmente os autores, editores de texto e divulgadores. Nesse contexto, a sua produção perpassa por vezes a visão mercadológica que objetiva à lucratividade, sendo produzido com o intuito de transmitir a ideologia da classe dominante, escamoteando os diversos problemas sociais.

Silva, J. R. (2011, p. 181) destaca que "[...] toda vez que um livro é produzido, ele carrega consigo regras – implícitas ou explícitas – que buscam guiar os olhos dos leitores, o que pode ser definido como uma leitura autorizada". Assim, esse não assume como objetivo principal o papel de formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de compreenderem os processos sociais, tendo por função reproduzir os interesses neoliberais que dão ênfase à formação nas escolas de mão de obra eficiente para atuar no mercado de trabalho.

No Brasil a distribuição dos livros didáticos aos alunos da educação básica ocorre por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), direcionado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Em relação ao PNLD de Geografia, Veiga e Costa (2013, p. 1502) afirmam que esse:

> [...] se constitui como ferramenta de orientação aos autores dos livros didáticos assim como os avaliadores e aos professores do ensino fundamental para que possam escolher o livro didático que esteja coerente com a proposta da construção do conhecimento do aluno.

A escolha do manual escolar pelo professor, no entanto, ainda está restrita ao repertório que compõe o Guia de Livro Didático, que se constitui de resenhas das coleções consideradas aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC), e o docente tem que escolher entre os títulos dos livros disponíveis no Guia, aqueles que melhor atendem ao projeto político pedagógico da escola, no sistema em vigor no Brasil desde 1996.

Munakata (2012) evidencia que os pareceres do Guia são muito abstratos, pois é com o próprio livro na mão, folheando-o, que o professor pode sentir se ele "funciona" ou não na sala de aula. Percebe-se que as estratégias de vendas das editoras e os interesses do Estado retira a possibilidade do docente manusear o livro no momento da sua escolha, impossibilitando que esse observe com mais detalhes os diversos conteúdos e atividades que o manual contém, ao invés disso tem contato apenas com o Guia, o que acaba por diminuir as chances de uma escolha consciente por parte do professor.

É relevante destacar que o livro didático se constitui em um material importante, que direciona os professores com relação aos conteúdos que devem ser abordados em cada disciplina. Todavia, os docentes não devem ficar restritos apenas ao que esse propõe, devendo procurar outros meios e formas diferenciadas de passar os diversos conteúdos, buscando outras fontes de informação. Oliveira (1998), ao afirmar que o livro didático é a bíblia do professor, critica essa dependência teórica que os docentes da educação básica têm desse.

Nessa perspectiva, é essencial considerar que o aluno quando vai realizar uma determinada leitura, traz consigo informações que acaba por influenciar a leitura atual. Assim, o discente não é um ser passivo, e sim ativo no processo de aprendizagem, devendo o professor aproveitar as experiências desse para construir conhecimentos a partir delas. Silva, J. R. (2011, p. 183) sobre essa questão destaca que "[...] quando se pensa no porquê de um leitor realizar determinada leitura, é importante levar em consideração que ele, ao ler um texto, já leu vários outros e essas leituras anteriores, de certa forma, influenciam a leitura atual".

Portanto, é necessário que o docente esteja atento às limitações que o livro didático apresenta no que tange aos diversos interesses que influenciam a sua produção e comercialização, ou seja, não deve concebê-lo como um material isento de análises e

reflexões, para que assim não se torne um reprodutor de ideologias, mas pelo contrário, saiba utilizar os conteúdos dos manuais em uma perspectiva crítica-reflexiva.

Relações de gênero e os livros didáticos

Historicamente as sociedades estabeleceram a segregação sexual, diferenciando o papel da mulher e do homem. Tais desigualdades são construídas social e culturalmente, em que ser homem ou mulher significa estabelecer uma identidade com base nas diferenças biológicas entre ambos. Auad (2005) enfatiza que gênero não é sinônimo de sexo (masculino ou feminino), mas refere-se ao conjunto de representações que cada sociedade constrói para atribuir significados e características para cada um dos sexos, através da história. Bourdieu (1999, p. 17) evidencia que:

> A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Tais condições em que a mulher foi submetida é fruto de uma ideologia e de uma construção cultural que legitima a superioridade masculina com base na diferenciação biológica, que acaba por criar um contexto de hierarquia de poder. Assim, a construção do masculino e do feminino é mediada pela cultura, em que concepções e valores identificam características que formam a identidade de cada um.

Os papéis sociais podem ser reforçados pelas ilustrações, através da distinção nas roupas e nas brincadeiras de meninos e meninas que vem arraigado desde o nascimento, no seio da família. Não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e por vezes submissas, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade, permanecendo valores culturalmente aceitos ao longo da história da família moderna de que a mulher é maternal, frágil, destinada a cuidar dos filhos e do lar. Tonini (2002, p. 63-64) salienta que:

> O direcionamento das mulheres para o cuidado dos/as filhos/as verifica-se, mais intensamente, a partir da formação da família moderna, no século XVIII, constituída em uma arena política em que homens e mulheres estão implicados desigualmente nas funções familiares: o homem era seu provedor econômico, cujas atividades passavam a ser realizadas no espaço público, enquanto a mulher era a provedora moral e espiritual da família, cujas atividades eram desenvolvidas no espaço privado do lar.

Esse papel destinado à mulher historicamente vem sendo aos poucos modificado, passando essa a ocupar espaços antes destinados aos homens, como o trabalho em ambiente externo ao lar. No Brasil isso ocorreu em um contexto de intensa expansão da economia, a partir dos anos de 1970 com o processo de industrialização e urbanização, que acabou por exigir mão de obra barata para o trabalho nas fábricas.

Posteriormente esse espaço translada-se do setor industrial para o setor terciário, entretanto, os trabalhos ocupados pelas mulheres geralmente eram flexíveis, com baixa produtividade e remuneração. Na maioria das vezes eram em tempo parcial e similares aos desempenhados no âmbito familiar, que lhes permitiam conciliar com o trabalho reprodutivo e com os afazeres domésticos.

Nos últimos anos a participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA) tem aumentando consideravelmente. No Brasil isso se tornou mais evidente a partir de 1995 devido às transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e demográficas. Assim, as mulheres vêm ocupando postos de trabalho qualificados e em profissões como engenharia, odontologia, arquitetura e jornalismo. Segundo Silva, S. M. V. (2011, p. 150) isso "[...] significa mudanças importantes, mas não necessariamente um equilíbrio de oportunidades entre os sexos no que se refere às condições/ relações de trabalho".

Embora as mulheres assumam atribuições consideradas tradicionalmente masculinas, o mesmo não ocorre em relação aos homens, que ainda não realizam atividades domésticas, ou quando realizam é parcialmente. Desse modo, a administração da casa e dos filhos ainda continua como responsabilidade da mulher, que acaba por ficar sobrecarregada no seu cotidiano.

Silva, S. M. V. (2011) evidencia que mulheres e homens entram no mercado de trabalho em condições diferenciadas e que isso acaba por ocasionar uma desigualdade de oportunidades referente ao acesso, à permanência, ao tipo de trabalho e à remuneração. Tais condições são ocasionadas pela divisão sexual do trabalho, que impõe os papéis e as funções que mulheres e homens devem ocupar, sendo essas geralmente diferenciadas entre si, legitimadas por um discurso patriarcal que gera uma hierarquia entre o sexo masculino e o feminino.

A divisão social do trabalho está submetida à lógica do capital, que tem na força de trabalho feminina um "exército de reserva", sendo funcional ao sistema capitalista. Sobre isso, Bourdieu (1999, p. 20) argumenta que:

> A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho [...] Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas.

A mulher oriunda de uma sociedade patriarcal machista ainda é tida como força de trabalho secundária, e muitas vezes isso reflete no salário que a mesma recebe, sendo inferior ao do homem. Mesmo com a participação dessa no mercado de trabalho e o seu desempenho simultâneo dos papéis reprodutivo e produtivo, as desigualdades de gênero permanecem.

Nesse viés, a escola apresenta-se como um ambiente propício para as discussões sobre questões referentes a gênero, pois essa instituição é reconhecida como mediadora da construção de uma sociedade mais justa, participativa e formadora de sujeitos politizados para atuarem de forma crítica diante dos diversos contextos sociais.

O papel dos professores ganha destaque na construção e/ou manutenção das representações estereotipadas ou não das relações de gênero, sendo relevante o estudo a partir da abordagem do uso do livro didático. Oliveira (2011) enfatiza que não se pode subestimar a força que capacita esse manual de disseminar valores, reafirmar posições e designar papéis. Bourdieu (1999) afirma que as instituições sociais, como por exemplo, as escolas, contribuiriam para a reprodução e a divisão hierárquica de gêneros, reforçando uma sociedade machista.

De acordo com Oliveira (2011, p. 147) ao apresentar "[...] os gêneros de forma distinta e desigual, os livros didáticos podem contribuir para a construção e manutenção das desigualdades de gênero que, por sua vez, contribuem para a construção e manutenção de outras desigualdades sociais". Esses como um meio de divulgação do conhecimento precisa discutir mais essas questões, informando o estudante acerca de sua realidade, para que assim o saber construído a partir do estudo dos manuais seja político, que contribuía inclusive para desconstruir estereótipos construídos social e culturalmente sobre o papel diferenciado da mulher e do homem na sociedade.

O livro didático de Geografia não deve fugir à regra, devendo esse ser analisado e investigado para compreender de que modo a ciência geográfica vem sendo pensada e discutida, e de que maneira temas atuais e necessários como gênero vem sendo

trabalhado nos manuais. Ao pesquisar o livro didático de Geografia de certa forma se investiga também o ensino dessa ciência. Costa (2014, p. 14) traz contribuições ao afirmar que:

> O ensino de Geografia possibilita ao aluno o conhecimento do seu lugar, da sua realidade, da sociedade que o cerca. E na sociedade atual em que as mulheres lutam e constroem um papel significativo e de protagonismo, é importante a contextualização do tema gênero e do papel dele na escola.

Assim, é preciso entender como o livro pode contribuir para a reprodução ou transgressão da sociedade patriarcal e machista dentro da sala de aula, por isso esta pesquisa investiga o livro didático de Geografia, que ao abordar sobre aspectos sociais deve estar atento às questões no que tange a gênero.

Metodologia

Esta investigação científica tem como intuito compreender como as questões de gênero são abordadas no livro didático de Geografia do ensino médio designado "Geografia Geral e Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico", dos autores Terra e Coelho (2005), essa é a fonte dos dados primários. Sendo de grande relevância a análise desse material, uma vez que, dependendo da sua utilização, pode ter gerado reflexos na aprendizagem de diversos discentes, constatando-se que as relações de gênero estavam presentes como conhecimento científico a ser ensinado.

A escolha do livro foi baseada na listagem apresentada pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) em 2009, sendo um dos manuais adotados por algumas escolas brasileiras da rede pública no período de 2009 a 2011, especificamente as do sudoeste baiano, onde a Universidade do Estado da Bahia Campus VI-Caetité está inserida e onde esse foi coletado para ser analisado. Durante a investigação foi percebido que ele ainda foi utilizado nos anos de 2012 e 2013, pois alguns professores optaram por continuar com esse manual mesmo depois do PNLEM de 2012 a 2014 ter sido liberado.

A pesquisa é qualitativa, não objetivando a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de uma visão crítica. Lüdke e André (1986, p. 38), ressaltam que a análise documental constitui-se de uma "[...] técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos

novos de um tema ou problema". Portanto, essa se configura em um método de investigação que visa compreender a realidade social utilizando os variados tipos de documentos.

Assim, o livro didático como fonte de pesquisa documental possibilita uma variedade de tipos de abordagem, podendo analisá-lo de diversos modos, dentre eles: como produto cultural, como mercadoria, como veículo que dissemina valores e ideologias e como suporte de conhecimentos. Compreendemos que esse procedimento evita uma análise descritiva, apenas de conteúdo.

Tonini (2002, p. 32) ressalta que o livro didático não pode ser considerado somente um "depósito" de conteúdos, "[...] um lugar em que os autores e autoras registravam os conhecimentos geográficos, mas também, [...], como um lugar de produção de significados, como um artefato cultural no qual as verdades são fabricadas e postas em circulação".

Destarte, ao utilizarmos o manual escolar como fonte para esta pesquisa, pretendemos entender como a ciência geográfica foi apresentada por esse meio particular, considerando algumas questões essenciais, quais sejam: a autoria; os textos; as imagens; compreendendo que esse não é apenas um instrumento que visa o processo de ensino-aprendizagem, mas é um produto fabricado e comercializado, sendo, portanto, uma mercadoria. Ao abordarmos esses aspectos buscamos verificar a operacionalização da escolarização de saberes científicos que envolvem as relações de gênero. Galvão e Batista (2003, p. 177) salientam que:

> […] o texto didático nem sempre se restringe ao texto explicitamente elaborado e reproduzido tendo em vista um destino escolar; destinado ou utilizado pela escola, o texto didático também não é uniforme na maneira como se articula com o trabalho de ensino e com a formação que pretende auxiliar; finalmente, o texto didático possui múltiplas dimensões, entre as quais a de mercadoria.

Nessa perspectiva, à análise do livro foi feita a partir do entrecruzamento com outras fontes bibliográficas que ajudaram tanto na compreensão dos aspectos que envolvem esse, quanto os que envolvem a categoria gênero, sendo realizada uma busca por livros, artigos e teses relacionados a esses temas. Para entender e analisar a categoria livro didático utilizamos como referencial teórico autores como Munakata (2012), Oliveira (1998), Silva, J. R. (2011), Veiga e Costa (2013) e Vesentini (2003), e para discutir a categoria gênero utilizamos autores como Auad (2005), Bourdieu (1999), Costa (2014), Oliveira (2011), Silva, S. M. V. (2011) e Tonini (2002; 2013).

A exposição dos resultados foi feita juntamente com a discussão dos mesmos, objetivando um debate mais profundo sobre o assunto, em que se intenta verificar que tipo de discurso é empregado nos textos e imagens presentes no livro em análise e de que modo esse discurso se apresenta quando aborda questões relacionadas a gênero, tendo em vista que a utilização do manual vai refletir na educação de discentes do ensino médio.

Análise do livro didático Geografia Geral e Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico

O livro didático escolhido para análise foi o titulado "Geografia Geral e Geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico", ele foi concebido pela Editora Moderna no ano de 2005 em São Paulo, fazendo parte do PNLEM de 2009. Esse manual é um volume único que abrange o programa curricular das três séries do ensino médio e está dividido em duas partes: a primeira aborda temas relativos à Geografia geral, sendo complementada pela segunda parte que trata de temas da Geografia do Brasil. Os autores responsáveis pela elaboração da obra são Lygia Terra e Marcos de Amorim Coelho, ambos possuem uma vasta formação acadêmica em Geografia.

Ao se analisar todo o livro percebe-se que apesar de apresentar várias imagens de mulheres, com legendas que a expliquem, no decorrer do texto as imagens não são evidenciadas. Apenas no capítulo 22 (Estrutura da população mundial), correspondente a primeira parte do manual, e no capítulo 10 (Distribuição da população, crescimento demográfico e estrutura da população brasileira), referente à segunda parte, é que assuntos relacionados às mulheres ganham destaque ao longo do texto.

O capítulo 22 aborda sobre a estrutura populacional e a divisão do trabalho por sexos, enfatizando uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, mas que em muitos países a discriminação e a condição de submissão dessas persistem, o que demonstra que as condições e a identidade feminina estão associadas não apenas a questão biológica, mas também territorial, como ressalta esse trecho a seguir: "Principalmente em países subdesenvolvidos, as mulheres ainda são maioria em atividades de mais baixa remuneração e minoria em cargos administrativos e gerenciais" (TERRA E COELHO, 2005, p. 246).

Ao apresentar esse trecho, os autores da obra não analisam essa questão criticamente, deixando de tecer reflexões importantes como: o que motiva isso; qual o contexto e as razões históricas; quais medidas poderiam ser tomadas para minimizar essa

situação. Além desses questionamentos, poderiam por meio de atividade, por exemplo, instigar o estudante a refletir se no cotidiano ele consegue perceber alguma diferença entre as funções exercidas pela mulher e o homem. Tais ponderações contribuiriam para o desenvolvimento de um pensamento crítico-reflexivo, relevante para a desmistificação das relações de gênero.

Os autores do livro alertam para a necessidade de se pensar o papel das mulheres na sociedade em que o estudante está inserido, mas não oferece nesse mesmo contexto um aprofundamento ou até indicação de caminhos para que o discente busque maiores conhecimentos sobre o tema que contribuam para a sua formação.

Na escola, discutir as diferenças entre homens e mulheres possibilita construir nos alunos as noções de território e de que forma essas desigualdades repercutem em seu cotidiano. O ensino de Geografia precisa se apropriar das discussões sobre gênero, principalmente quando aborda temas relacionados à população brasileira. Costa (2014, p. 15) destaca que:

> [...] ao professor de Geografia cabe instrumentalizar criticamente o seu discente para que ele possa analisar o seu lugar, compreender os matizes diferentes que o impossibilita de ter um olhar mais emancipador em relação ao contexto histórico-social que ele está inserido.

No capítulo 10, o que mais chama a atenção além do avanço das mulheres no ingresso ao mercado de trabalho, apesar da baixa remuneração, é a questão de que essas em algumas regiões metropolitanas estão exercendo a função de chefes de família, o que é um aspecto positivo, pois mostra que estão se tornando mais independentes. Porém, logo após o texto ressalta negativamente esse aspecto, como pode ser constatado pelo trecho a seguir:

> Em geral, nas famílias chefiadas por mulheres de baixa escolaridade, as crianças entram muito cedo no mercado de trabalho. A situação resulta em mau aproveitamento escolar, alto índice de repetência ou abandono da escola. Essas crianças transformam-se frequentemente em analfabetos funcionais, tendendo a contribuir para a continuidade da condição de pobreza (TERRA E COELHO, 2005, p. 393).

Analisando esse trecho acima extraído do livro o que se percebe é um discurso que inferioriza a mulher, afinal, se existem problemas na educação dos filhos, o fato de ser essa a chefe de família nesse caso é o que pouco deveria importar, pois um homem chefe de família com baixa escolaridade poderia passar pelas mesmas dificuldades, assim, se tais existem, o problema é social e não de gênero, todavia, isso não é

evidenciado ao longo do texto, o que permite concluir que somente a mulher chefe de família e com baixa escolaridade é que pode sofrer problemas no cuidado com os filhos, tal discurso "culpabiliza" a mulher.

Compreendendo mais profundamente que livros como esse aprovados pelo PNLEM chegam até as escolas públicas em que se tem um elevado número de alunos descritos na situação extraída do texto, ficam-se alguns questionamentos: quais impressões teriam os filhos de mães chefes de família ao lerem isso no livro didático que ele toma como verdade? Quais as percepções dos colegas de alunos filhos de mães chefes de família ao lerem isso? E não menos importante, qual deveria ser a postura do professor de Geografia ao encontrar esse tipo de trecho no manual escolar?

É sutil, mas o texto afirma que a responsabilidade das crianças entrarem cedo no mercado de trabalho indiretamente é da mulher, e não do Estado que não dá garantias de qualidade de vida para essas famílias, ou da sociedade que aceita naturalmente o trabalho infantil como uma expressão da sociedade desigual. O aluno acaba que reforçando ideias, como: não é bom ser de famílias chefiadas por mulheres; a responsabilidade é sempre dessa; os analfabetos funcionais são frutos de mulheres que não souberam dirigir suas famílias, enfim, a Geografia necessita ir em outra via possibilitando ao estudante outros olhares.

Sobre isso, Costa (2014, p. 21) afirma que a Geografia cumpre seu papel de ciência crítica quando "[...] consegue fomentar nos discentes um papel crítico, político e reflexivo, que o instrumentaliza a reconhecer em seus territórios de vivencias as lutas das minorias, a organização da sociedade capitalista e a disputa de poder e territórios".

No livro analisado, nota-se que quando aparecem imagens de crianças essas quando estão acompanhadas é apenas das mulheres, percebendo-se que a mulher ainda é concebida como a principal responsável pela proteção moral e destinada aos cuidados do lar e dos filhos, ou seja, embora assuma atribuições consideradas tradicionalmente masculinas, o mesmo não ocorre em relação aos homens, que ainda não realizam atividades domésticas, ou quando fazem é parcialmente. Desse modo, a administração da casa e dos filhos ainda continua como responsabilidade da mulher, que acaba por ficar sobrecarregada no seu cotidiano.

Essa diferenciação de função entre o homem e a mulher acaba por produzir uma verdade que autoriza a captura da mulher como a principal responsável pelos cuidados com os filhos. Esses conhecimentos veiculados nos livros didáticos de Geografia acabam por regular o comportamento dos estudantes, pois eles estão

aprendendo que homens e mulheres têm atribuições diferenciadas dentro do espaço doméstico. Tonini (2002, p. 64) enfatiza que:

> O estranhamento dessas imagens só é possível no momento em que ocorre o entendimento de uma verdade construída interessadamente, a qual posiciona homens e mulheres com comportamentos diferentes devido às suas diferenças sexuais. É um discurso construído histórica e socialmente, que continua autorizando lugares e atribuições distintas e desiguais para cada um.

Analisando outras imagens percebe-se ainda que as mulheres que ocupam postos de trabalho mais qualificados são brancas e pertencentes aos territórios mais desenvolvidos (Figura 1). Quando aparece uma mulher negra essa realiza trabalhos associados ao setor primário, que exige pouca qualificação, e situam-se em territórios considerados subdesenvolvidos (Figura 2). Assim, a identidade feminina bem sucedida e desejável é sempre mostrada pela pele branca, e ter outra cor de pele significa pertencer a outro território, não o dos países mais desenvolvidos. Sobre isso, Tonini (2002) evidencia que tal constatação mostra que os referenciais não são apenas biológicos, mas também geopolíticos.

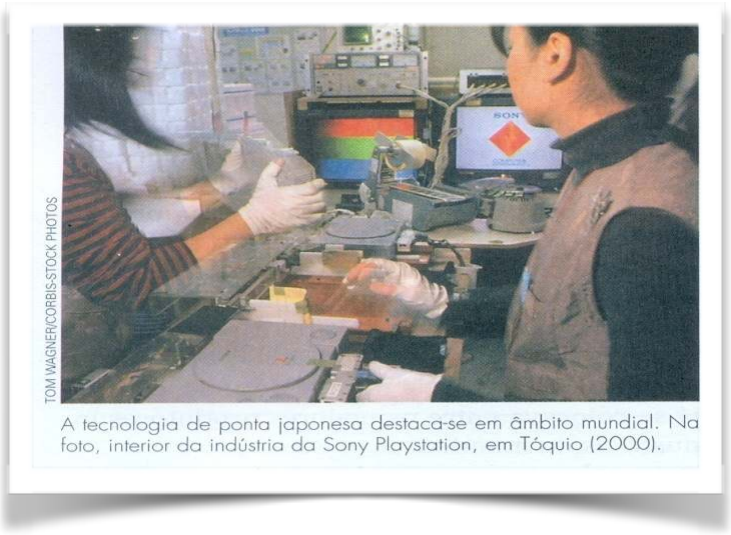


Figura 1 - Mulheres ocupando postos de trabalho em indústria de alta tecnologia.
Fonte: Terra e Coelho (2005, p. 174).



Figura 2 - Mulheres em atividades primárias colhendo folhas de chá no Sri Lanka.
Fonte: Terra e Coelho (2005, p. 202).

As imagens veiculadas no livro dão a entender que as mulheres que vivem em países mais desenvolvidos têm profissões mais articuladas a setores mais valorizados da economia capitalista, como a indústria, isso traz indícios de que ela não ocupa mais posições tão tipicamente destinadas às mulheres "subdesenvolvidas" (tarefas domésticas) e que ela faz parte do contingente de mão de obra mais qualificada em relação à mulher "subdesenvolvida" (predomínio ocupacional no setor primário). Tonini (2002) contribui ao afirmar que,

> [...] tal constatação exemplifica a dupla discriminação que sofre a mulher "subdesenvolvida": pelo território, através da sua função no espaço doméstico, e pelo gênero, através do desempenho de atividades profissionais diferentes. (p. 80)

Não se deve subestimar o impacto que as imagens contidas no livro didático podem causar, naturalizando e atribuindo significados com base na diferenciação entre o sexo masculino e feminino, estando essa associada a situação econômica, territorial e cor da pele, legitimando um quadro social desigual. Valores "arraigados" na sociedade que insistem em continuar, e que precisam ser repensados se quisermos construir uma sociedade mais justa. Tonini (2013, p. 189) enfoca que "pensar nas possibilidades de des-fazer, des-montar, dis-juntar os discursos das imagens são umas das tantas urgências

necessárias, para isto é preciso estar em contínuo combate com as armas trazidas pela cultura".

Assim, para se combater a educação sexista que muitas vezes o livro didático reforça, mesmo que sutilmente, é necessário fazer leituras críticas dele a partir da perspectiva de gênero, potencializando a escola como um espaço de educação não sexista, voltada, portanto, para a superação de preconceitos entre os sexos, uma vez que o papel dessa instituição não pode ser o de discriminar e nem fortalecer laços que promovem a exclusão.

Considerações finais

Historicamente o livro didático refletiu e ainda reflete conhecimentos destinados a manutenção da atual sociedade capitalista, pois através do seu discurso ele molda e legitima comportamentos, além de servir como uma atividade comercial que visa gerar lucros para o mercado editorial. Em paralelo a essa realidade, esse ainda se constitui como um dos principais recursos utilizados pelos professores.

Nesse sentido, constatou-se a partir desse estudo que os conteúdos relacionados à Geografia de gênero são apresentados de forma superficial e em poucas páginas do livro, não sendo abordados por um viés crítico que permitisse aos estudantes romper com os estereótipos construídos social e culturalmente sobre as diferenças entre homens e mulheres. Apresentando em alguns trechos um discurso que remete o papel da mulher ao cuidado do lar, culpabilizando-a por problemas com os filhos.

Quanto às imagens essas na sua maioria não são discutidas ao longo do texto, impossibilitando aos discentes tecerem maiores reflexões. Nelas a mulher é a única que aparece com os filhos, em outras, ela é representada ocupando postos de trabalho qualificados, no entanto, são brancas e pertencentes aos territórios mais desenvolvidos. A mulher negra é representada realizando trabalhos que exige pouca qualificação, e situam-se em territórios considerados subdesenvolvidos, como se outras maneiras de discutir e abordar os conteúdos e os indivíduos envolvidos não fosse possível. Tonini (2013) ressalta que parece que outros significados não podem estar presentes nas imagens, como se a mesmicidade do discurso impedisse essa mudança.

Assim, percebe-se que o livro didático pode constituir-se em um material que reforça e subjuga as identidades femininas. Os saberes ali produzidos e veiculados podem estar fortalecendo posições dissidentes, como o lugar do homem e o lugar da

mulher, e o lugar da mulher "subdesenvolvida". Tonini (2002, p. 64) enfatiza que "a escola, como um espaço de aprendizagem, está legitimando uma regulação cultural dos/as estudantes, através dos discursos desses livros, ao autorizar sua entrada na sala de aula como lugar de verdade".

Logo, nota-se a importância de um professor crítico de Geografia com formação crítica e capaz de compreender e discutir as questões de gênero, para que esse mesmo tendo contato com esses livros possa desconstruir e reconstruir concepções e valores apresentados.

Faz-se necessário também, para um ensino de Geografia significativo, se rever a política de produção do livro didático, de maneira que cheguem às escolas manuais com conteúdos como os de Geografia de gênero cada vez mais críticos. Além disso, reforça-se a ideia de que o manual escolar não pode ser o único recurso utilizado em sala de aula pelo docente, devendo esse buscar outros materiais que auxiliem os alunos no desenvolvimento de um raciocínio crítico-reflexivo.

Referências Bibliográficas

AUAD, Daniela. Relações de gênero nas práticas escolares: o aprendizado da separação nas "misturas" no pátio. **Revista Ártemis**, Universidade Federal da Paraíba, v. 2, p. 39-49, jul., 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

COSTA, Glauber Barros Alves. Por um ensino de Geografia Crítico: discutindo questões de gênero em sala de aula. In: COSTA, Glauber Barros Alves. **Diálogos entre Geografia e Educação**. Curitiba: CRV Editora, 2014. p. 11-30.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 161-188.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez., 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** 7. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

OLIVEIRA, Wilson Sousa. A imagem da mulher nos livros didáticos e relações de gênero. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana: Gepiadde, v. 9, n. 5, p. 139-149, jan./jun., 2011.

SILVA, Jeferson Rodrigo da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 2, n. 5, p. 177-197, jun., 2011.

SILVA, Susana Maria Veleda da. Mulheres e trabalho: novos e velhos dilemas. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. (Org.). **Espaço, gênero e poder:** conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 149-169.

TERRA, Lygia; COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia geral e geografia do Brasil:** o espaço natural e socioeconômico: volume único. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas:** Gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. 2002. 139f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. Notas sobre imagens para ensinar Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 3, n. 6, p. 177-191, jul./dez., 2013. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/165/109

VEIGA, Adriana Cruz; COSTA, Glauber Barros Alves. As implicações das políticas educacionais neoliberais no PNLD de Geografia. In: III Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, 2013, Vitória da Conquista. **Anais do III Colóquio Internacional e X Nacional do Museu Pedagógico.** Vitória da Conquista: UESB, 2013. v. único, p. 1495-1507.

VESENTINI, José William (org). **Geografia e Ensino:** Textos críticos. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.

Recebido em 06 de dezembro de 2015.

Aceito para publicação em 22 de fevereiro de 2016.